

## **ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO – CPC 00 (R1): UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS CONTADORES**

Jislene Trindade Medeiros<sup>1</sup>

Clayton Levy Lima De Melo<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A finalidade da estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro é estabelecer os conceitos que fundamentam a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis aos usuários externos, sendo, portanto, seu conhecimento essencial para a aplicação das normas contábeis. O presente trabalho teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento dos contadores sobre o Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – CPC 00 (R1). Para se atingir este objetivo, a metodologia de coleta de dados utilizada foi o questionário, contendo perguntas para a identificação do perfil dos respondentes e para verificar o nível de conhecimento dos contadores, foram elaboradas questões sobre os assuntos tratados no pronunciamento conceitual básico, sendo realizada uma análise descritiva dos dados. A amostra desse estudo foi composta por 60 contadores, onde 73,4% destes atuam em escritórios de contabilidade, 56,7% possuem apenas graduação em ciências contábeis, 38,3% pós-graduação lato sensu e 5% pós-graduação strictu sensu. De acordo com os resultados, 81,7% dos contadores da amostra concordam com a da convergência do Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade, contudo apenas 33,3% afirmaram já terem lido integralmente o CPC 00 (R1). Verifica-se também que para 66,7% dos respondentes, a Resolução nº 750/93 a base teórica mais importante para a contabilidade. Os resultados encontrados mostraram que os contadores possuem pouco conhecimento sobre o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00). Devido a

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pós-graduação em Auditoria e Perícia Contábil do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: jislenetm@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Doutor. Orientador do Curso de Pós-graduação em Auditoria e Perícia Contábil do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: Clayton\_Levy@hotmail.com

amostra ser não probabilística, os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados para todos os contadores.

**Palavras-chave:** Normas Internacionais. Pronunciamento Conceitual Básico. Contadores.

**FRAMEWORK FOR THE PREPARATION AND PRESENTATION OF  
FINANCIAL STATEMENTS – CPC 00 (R1): A STUDY ON THE KNOWLEDGE  
LEVEL OF ACCOUNTANTS**

**ABSTRACT**

The purpose of the conceptual framework for the preparation and disclosure of accounting and financial reporting is to establish the concepts that underlie the preparation and presentation of financial statements for external users and, therefore, its essential knowledge for the application of accounting standards. This study aimed to assess the level of knowledge of the accountant on the Standard Basic Concept: Framework for the Preparation and Disclosure of Accounting and Financial Reporting - CPC 00 (R1). To achieve this, the data collection methodology was the questionnaire, containing questions to identify the profile of the respondents and to check the counters knowledge level, questions were prepared on subjects covered in the basic conceptual pronouncement, being held A descriptive analysis of the data. The sample of this study consisted of 60 meters, where 73.4% of those working in accounting firms, 56.7% only have a degree in accounting, 38.3% sensu post-graduation and 5% strictu sensu graduate. According to the results, 81.7% of accountants sample agree with the convergence of Brazil to the International Accounting Standards, but only 33.3% stated they had fully read the CPC 00 (R1). It also notes that for 66.7% of respondents, Resolution No. 750/93 the most important theoretical basis for accounting. The results showed that accountants have little knowledge of the Standard Basic Concept (CPC 00). Because the sample is not probabilistic, the results of this study can not be generalized to all counters.

**Keywords:** International Standards. Basic Conceptual Statement. Accountant.

## 1 INTRODUÇÃO

Em função da necessidade de convergência internacional das normas contábeis foi criado em 2005, pela resolução CFC nº 1.055, o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) para auxiliar o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) para as Normas Contábeis Internacionais (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). Este comitê tem o objetivo de estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade.

Ao longo desse processo de convergência iniciado pela Lei 11.638/07, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tem adaptado e emitido as novas normas contábeis no padrão internacional, que em seguida são aprovadas por órgãos reguladores como, por exemplo, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Atualmente, estão em vigor 48 pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo o pronunciamento conceitual básico a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00 R1) emitido em 2011. Este pronunciamento não é uma norma propriamente dita, e sim um conjunto básico de conceitos e princípios que estabelece os fundamentos para a apresentação de relatórios contábeis para usuários externos.

Entre as finalidades da estrutura conceitual básica, de acordo com o CPC 00 (2011), está à promoção da harmonização da regulação das normas contábeis é dar suporte ao desenvolvimento de novas normas, interpretações e comunicados técnicos. Assim, Martins et al. (2013) entendem que é fundamental, ao contador, não somente conhecer a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, mas também entendê-la, dado que dela derivam todos os demais pronunciamentos e a elaboração de demonstrações contábeis.

Segundo Macedo, Machado e Machado (2013), o processo de convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional pode ser caracterizado, dentre outros aspectos, pela prevalência da essência sobre a forma, visto que as normas são baseadas mais em princípios do que em regras, ou seja, houve uma migração de um padrão de regulamentação contábil mais *code law* para o padrão mais *common law*. Com essa migração de padrão, os conceitos e princípios tornam-

se ainda mais relevantes, pois servem como fundamento para aplicação das normas e resolução de conflitos normativos.

Segundo Martins et al. (2013), este documento é um conjunto básico de princípios a serem seguidos na elaboração de pronunciamentos e das normas propriamente ditas, bem como na sua aplicação e, conseqüentemente, na análise e na interpretação das informações contábeis, dessa forma é importante avaliar se os contadores se adequaram a nova fase da contabilidade.

Assim, dada as transformações ocorridas nas normas contábeis brasileiras e da importância da estrutura conceitual básica (CPC 00) para a aplicação das normas de contabilidade, é imprescindível que os contadores possuam conhecimento e entendimento deste pronunciamento para uma boa atuação profissional.

Considerando o contexto de alteração e adaptação à qual a classe contábil passou desde a iniciação do processo de convergência as normas internacionais (IFRS) e a importância da estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (CPC 00 R1), apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: qual o nível de conhecimento dos contadores sobre a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (CPC 00 R1)?

Portanto, o objetivo deste estudo é verificar o nível de conhecimento dos contadores em relação à estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, visto que esse pronunciamento é basilar para todo arcabouço normativo da ciência contábil.

Está pesquisa se mostra relevante por identificar o nível de conhecimento dos operadores da contabilidade em relação a base teórica das normas contábeis, pois constatar o conhecimento desses profissionais é fundamental para verificar a correta aplicação das normas de contabilidade, uma vez que com a adoção das normas internacionais e a prevalência da essência sobre a forma, é primordial que o contador conheça bem os conceitos que fundamentam a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis destinadas a usuários externos evidenciando assim, informações econômico-financeira relevantes e fidedignas que os auxiliem na tomada de decisão.

## 2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

### 2.1 HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS DE CONTABILIDADE

A operacionalização da contabilidade é suscetível a interpretações e julgamentos por parte de seus operadores, fazendo com que seja necessário determinado nível de regulamentação para evitar ou minimizar a possibilidade de fraudes e/ou falhas.

Com a motivação de suprir esta lacuna cada país e/ou região do mundo, desenvolveu um conjunto de normas que regularizasse a atividade contábil de modo a determinar de que forma deveria ser a atuação dos contadores dando assim, base para restringir e direcionar a atividade. Contudo, a existência de uma regulamentação contábil em cada país gerou uma diferenciação das práticas adotadas para um mesmo ato ou fato econômico e financeiro.

Em um contexto de globalização de negócios, a falta de unificação dos procedimentos, acarreta a impossibilidade de que sejam realizadas comparações entre as informações contábeis reportadas por diferentes entidades em diferentes países, aspecto este, bastante importante para os diversos usuários da informação contábil-financeira, principalmente investidores e credores internacionais.

Segundo Ludícibus e Martins (2015), a diferenciação das práticas e normas adotadas pelos países levou a um caos, impossibilitando decisões de investimentos adequadas em um panorama internacional.

Assim, a harmonização internacional das normas contábeis surge como solução para esse problema, já que seu propósito é padronizar as práticas contábeis a nível mundial, proporcionando maior comparabilidade e confiança aos usuários das informações financeiras, facilitando as negociações em nível internacional tornando, com isso, a contabilidade mais útil às demandas atuais.

O primeiro estudo a discutir Harmonização Contábil no Brasil foi o de Amenábar (2001) que demonstrou a necessidade da harmonização das normas de contabilidade entre países da América do Sul. Contudo, mesmo havendo essa necessidade, o processo de harmonização das normas não é fácil de ser conduzido e operacionalizado, uma vez que há muitos interesses envolvidos, grande parte

deles antagônicos, como também há resistência por parte dos profissionais da contabilidade.

O processo de convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade ocorreu com o advento da Lei nº 11.638 de 2007 e a transição se deu de forma gradual, no período de 2008 a 2010, quando a adoção se torna plena.

Segundo Ludícibus e Martins (2015), a harmonização das normas contábeis no Brasil foi mais complicada que em outros países dada a dificuldade da inserção brasileira em um modelo contábil filosoficamente anglo-saxão (*common law*), visto que no país há a prevalência do sistema jurídico *code law*, sendo necessária uma mudança na maneira de pensar a contabilidade, passando a pensar em uma contabilidade mais voltada para auxiliar os usuários na tomada de decisão e não mais atrelada apenas as determinações e necessidades fiscais.

Assim, buscando favorecer e possibilitar o processo de convergência das normas brasileiras as normas internacionais de contabilidade, foi criado em 2005 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com o objetivo primordial de estudar, pesquisar, discutir, elaborar e deliberar sobre o conteúdo de pronunciamentos técnicos, que estabelecem conceitos doutrinários, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados, como também emitir interpretações, orientações, comunicados e boletins. Todos esses documentos devendo estar de acordo com as normas internacionais emitidas.

Desde então, esse comitê tem emitido uma série de pronunciamentos visando a uniformização das normas contábeis brasileira aos padrões internacionais. Entre esses pronunciamentos está o pronunciamento conceitual básico: estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (CPC 00).

Alguns reflexos da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil já foram identificados e descritos, como no estudo de Santos e Calixto (2010) em que é feita a análise dos efeitos da primeira fase da transição para o IFRS; no trabalho de Oliveira e Lemes (2011), onde foi avaliado qual nível de adoção dos princípios contábeis do IASB na divulgação de informações contábeis nos mercados brasileiro e norte-americano; no estudo de Santos, Ponte e Mapurunga (2014), onde foi avaliado o nível de conformidade das empresas brasileiras à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade; no trabalho de Lourenço e Branco (2015) em que é feita uma análise do efeito da adoção das *International Financial Reporting*

*Standards* (IFRS) no valor relevante da informação contábil apresentada pelas empresas brasileiras; e no estudo de Beuren e Almeida (2015) em que foram encontrados indícios de que o processo de convergência impactou e causou alterações a área organizacional da controladoria.

Portanto, a preocupação com a harmonização contábil e seus reflexos se mostra recorrente nas pesquisas publicadas no Brasil, onde também já foram desenvolvidos uma série de estudos para identificar suas vantagens e consequências na qualidade das informações reportadas pelas entidades aos usuários da informação contábil. Demonstrando, assim, a importância da matéria e a preocupação dos pesquisadores em relação a esse processo.

## 2.2 ESTRUTURA CONCEITUAL DE CONTABILIDADES (CPC 00)

Segundo Paulo (2002), a estrutura conceitual da contabilidade nasceu da busca por conceitos básicos de contabilidade, após “o ‘abandono temporário’ da busca por princípios contábeis de caráter ‘universal’”.

De acordo com Almeida, Martins e Zanoteli (2014) a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (CPC 00) é um documento que trata dos principais conceitos contábeis, sobre o qual é construído todo um conjunto de normas específicas, com a função de dar unidade e coerência as normas contábeis.

O CPC 00 inseriu profundas alterações na contabilidade brasileira como, por exemplo, a retirada da característica prudência (conservadorismo) como princípio contábil, por ser inconsistente com a característica da neutralidade, a alteração das características qualitativas da informação contábil útil e com a mudança de um sistema de contabilidade profundamente regulatório (*code law*) para um sistema mais pautado em princípios (*common law*).

A contabilidade tem como objetivo principal, segundo Hendriksen e Van Breda (1999), de fornecer aos seus usuários, principalmente aos externos, informação útil que os auxiliem na avaliação da situação econômico-financeira presente e futura da firma para tomada de decisão. Dessa forma, a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (CPC 00), é de grande importância para que esse objetivo seja alcançado, visto que este

pronunciamento versa sobre os aspectos que tornam a informação contábil útil, sendo, portanto, primordial que os profissionais da contabilidade tenham conhecimento e entendimento dos conceitos e princípios por ele estabelecido.

O pronunciamento conceitual básico (CPC 00) aborda o objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro; as características qualitativas da informação contábil-financeira útil; a definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos a partir dos quais as demonstrações contábeis são elaboradas; e os conceitos de capital e de manutenção de capital, tendo como finalidade:

- a) Dar suporte ao desenvolvimento de novos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações e à revisão dos já existentes, quando necessário;
- b) Dar suporte à promoção da harmonização das regulações, das normas contábeis e dos procedimentos relacionados à apresentação das demonstrações contábeis, provendo uma base para a redução do número de tratamentos contábeis alternativos permitidos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações;
- c) Dar suporte aos órgãos reguladores nacionais;
- d) Auxiliar os responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis na aplicação dos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações e no tratamento de assuntos que ainda não tenham sido objeto desses documentos;
- e) Auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações;
- f) Auxiliar os usuários das demonstrações contábeis na interpretação de informações nelas contidas, elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações; e
- g) Proporcionar aos interessados informações sobre o enfoque adotado na formulação dos Pronunciamentos Técnicos, das Interpretações e das Orientações.

Portanto, estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - CPC 00 (R1) tem fundamental importância para a contabilidade, sendo sua estrutura basilar, sendo responsável por dar sinergia às demais normas que regulam a atividade contábil, visto que estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos, ou seja, a prestação de informação contábil-financeira para a tomada de decisão.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se classifica, quanto ao objetivo como uma pesquisa descritiva, pois segundo Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população, utilizando técnicas padronizadas de coletas de dados. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, foram utilizados técnicas de levantamento ou *Survey*.

Segundo Vergara (2004), para obter dados em uma pesquisa de campo, pode-se utilizar como meios a observação, o questionário, o formulário e a entrevista. Esta pesquisa utilizou como instrumento para coleta de dados um questionário estruturado em duas partes: Parte 1: Perfil do entrevistado; e Parte 2: Conhecimentos sobre o CPC 00 (R1).

Foi realizado um pré-teste em junho de 2015 e realizada as devidas adequações na linguagem e na composição do instrumento de coleta de dados. O período de aplicação dos questionários à amostra desta pesquisa foi entre 1 a 31 de julho de 2015, de duas formas, por meio eletrônico e pessoalmente.

O questionário foi abrigado em um site, através da ferramenta Google Docs, e uma mensagem com um link que conduzia ao questionário foi enviado para contadores, alunos de pós-graduação durante o mês de julho de 2015 e pessoalmente, os questionários foram aplicados em um curso de atualização profissional promovido pelo SEBRAE para contadores que atuam em escritórios de contabilidade, resultando em uma amostra total de 62 respondentes. Entretanto, foram eliminadas duas observações por apresentarem dados faltantes.

Ressalta-se que a amostragem utilizada neste estudo é do tipo não probabilística, assim os resultados apresentados nessa análise não podem ser generalizados para todos os contadores.

Para atingir o objetivo deste trabalho que é verificar o nível de conhecimento dos contadores da amostra em relação ao Pronunciamento Conceitual Básico – CPC 00 (R1) foram elaboradas 18 perguntas com base neste pronunciamento, foi utilizada uma escala likert de 5 pontos para identificar o nível de concordância dos respondentes sobre as afirmações constantes no questionário, sendo realizada uma análise descritiva dos dados.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados inicia-se com a definição do perfil dos respondentes, sendo apresentada a faixa etária, a maior titulação obtida, a atuação ou não na área contábil, assim como o tempo de atuação e também qual o percentual da amostra trabalha em escritórios de contabilidade.

Para a análise do nível de conhecimento dos contadores sobre a estrutura conceitual básica é realizada duas análises: a primeira com a amostra total e a segunda com a amostra estratificada em duas subamostra: (i) o Grupo 1 compreendendo os respondentes que afirmaram já terem lido integralmente o CPC 00 (R1) e (ii) o Grupo 2 composto pelos contadores que afirmaram não terem lido integralmente o referido pronunciamento. Por fim, é realizado um teste de médias para verificar se as médias do total de acertos das duas subamostras são estatisticamente diferentes, visto que se espera que o grupo de respondentes que afirmaram já terem lido por completo o pronunciamento básico da contabilidade apresentem média de acerto maior do que o grupo que afirmou não ter lido integralmente.

### 4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

De acordo com os resultados, verifica-se que, dos 60 questionários válidos para a análise 33 foram respondidos por graduados em ciências contábeis do gênero feminino e 27 do gênero masculino. A tabela 1 apresenta a faixa etária dos respondentes.

**Tabela 1 – Faixa Etária**

	Frequência	%
Até 25 anos	9	15,0
De 26 a 35 anos	25	41,7
De 36 a 45 anos	16	26,7
De 46 a 55 anos	9	15,0
Acima de 56 anos	1	1,7

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

Quanto à idade dos respondentes do instrumento de pesquisa, observa-se que 15% possui idade inferior a 26 anos e provavelmente concluiu a graduação em

ciências contábeis recentemente. Evidencia-se que há uma concentração na faixa etária de 26 a 45 anos, com 68,4% e 16,7% da amostra possui idade superior a 45 anos de idade, a maior titulação obtida pelos participantes deste estudo são exibidas na tabela 2.

**Tabela 2 – Titulação**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Graduação	34	56,7
Especialização	23	38,3
Mestrado	3	5,0

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

Em relação à titulação máxima, verifica-se que 56,7% do público pesquisado é formado por graduados, 38,3% possuem pós-graduação *Lato Sensu* (especialização) e apenas 5% pós-graduação *Stricto Sensu* em nível de mestrado. Assim, constata-se que 43,3% dos respondentes buscaram aperfeiçoamento profissional, o que é fundamental, principalmente devido as constantes alterações que a ciência contábil tem passado nos últimos anos decorrentes da convergência do Brasil as normas internacionais. A tabela 3 mostra o percentual dos participantes que atuam na área contábil.

**Tabela 3 – Atuação Profissional**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Atua na Área Contábil	51	85
Não atua na Área Contábil	9	15

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

A tabela 3 mostra que 85% dos respondentes atuam em uma das diversas áreas da contabilidade. Esta constatação é bastante relevante para este estudo, pois evidencia que 51 dos 60 participantes elaboram informação contábil-financeira para usuários em geral, provavelmente, realizar avaliações e tomar decisões. Na tabela 4, pode ser evidenciado o tempo de atuação na área contábil dos contadores da amostra.

**Tabela 4 – Tempo de Atuação**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Não atuei	7	11,7
Até 3 anos	13	21,7
De 3 a 6 anos	10	16,7
De 6 a 9 anos	7	11,7
Acima de 9 anos	23	38,3

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

Com base na tabela 4, observa-se que dos 85% da amostra que atuam na área contábil, 38,3% possuem mais de 9 anos de atuação profissional. Constata-se também que do total dos respondentes, 21,7% atuam na área contábil a menos de 3 anos e 28,4% atuam a mais de 3 anos e a menos que 9 anos na área. Os outros 11,7% afirmaram não terem atuado profissionalmente na área contábil. Na tabela 5 é apresentado o percentual dos respondentes que atuam em escritório de contabilidade.

**Tabela 5 – Trabalha em Escritório de Contabilidade**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Trabalha em Escritório	44	73,4
Já trabalhou	6	10,0
Sempre trabalhou em outra área	8	13,3
Apenas estuda	2	3,3

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

Observando a tabela 5, constata-se que a amostra deste estudo é composta, predominantemente, de graduados em ciências contábeis que trabalham em escritórios de contabilidade, com 73,4%. Os demais respondentes 13,3% sempre trabalharam em outras áreas, 10% já trabalharam em escritórios e apenas 3,3% apenas estudam.

#### 4.2 CONHECIMENTO SOBRE O CPC 00 (R1)

Com o objetivo de identificar o posicionamento dos contadores a respeito da convergência brasileira as normas internacionais de contabilidade, os respondentes foram questionados se concordavam, eram indiferentes ou discordavam da adesão as normas internacionais de contabilidade, a tabela 6 mostram os resultados obtidos.

**Tabela 6 – Concordância a Convergência (%)**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Discordância	7	11,7
Indiferente	4	6,7
Concordo parcialmente	24	40,0
Concordo totalmente	25	41,7

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

De acordo com os resultados, verifica-se que a maioria dos respondentes, 81,7% concordam com a convergência brasileira as normas internacionais de contabilidade. Contudo, 18,3% afirmaram ser indiferentes ou discordarem da adoção das IFRS no Brasil. Tal fato pode evidenciar que estes respondentes não têm conhecimentos sobre os objetivos desse arcabouço normativo e quais as vantagens incorporadas na qualidade das informações advindas da adoção das normas internacionais e mesmo o Brasil sendo considerado convergido as IFRS, alguns desses profissionais podem não estar adotando as normas emitidas pelo CPC.

Buscando constatar se os contadores já leram o pronunciamento conceitual básico da contabilidade emitido pelo comitê de pronunciamento contábil (CPC) foi perguntado se eles já realizaram uma leitura integral deste pronunciamento, os resultados são apresentados na tabela 7.

**Tabela 7 – Leitura do CPC 00 R1**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Leu o CPC 00 R1 na Integra	20	33,3
Não leu o CPC 00 R1 na Integra	40	66,7

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 7, apenas 20 respondentes afirmaram já terem lido por completo o CPC 00(R1) e a maioria, 66,7% afirmaram não ter realizado uma leitura completa desse pronunciamento. O desconhecimento dos objetivos e dos conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis, pode acarretar a produção de informações em desconformidade com a norma, comprometendo a utilidade da informação reportada para a tomada de decisão dos usuários.

Quanto à opinião de qual base teórica é mais importante para a contabilidade entre a Resolução nº 750/93 – Princípios de Contabilidade e o CPC 00 R1 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de relatórios Contábil-

financeiro, 66,7% dos respondentes, afirmou ser a Resolução nº 750/93 a base teórica mais importante da contabilidade e apenas 33,3% concordam que é CPC 00 R1.

Observa-se que o mesmo percentual que afirmou que a base teórica mais importante é a Resolução que trata dos Princípios de contabilidade é igual ao que afirmou não ter lido integralmente o CPC 00 (R1), evidenciando que 66,7% da amostra não tem ciência do disposto na estrutura conceitual básica.

#### 4.3 ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DO TOTAL DA AMOSTRA

A análise dos dados realizada com a finalidade de avaliar o nível de conhecimento do total da amostra do estudo, ou seja, 60 graduados em contabilidade, foi dividida em dois blocos de questões. O Bloco 1 é composto pelas perguntas 3, 4, 7, 8, 11 e 13 são referentes aos capítulos 1 e 3 do CPC 00 (R1) que trata sobre o objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro de propósito geral e sobre as características qualitativas da informação contábil-financeira útil e o Bloco 2 é formado por 12 perguntas referentes ao capítulo 4 que trata da premissa subjacente, dos elementos das demonstrações contábeis e do reconhecimento e mensuração dos elementos das demonstrações contábeis.

A tabela 8, mostra os resultados obtidos no bloco de questões 1.

**Tabela 8 – Questões sobre os capítulos 1 e 3 do CPC 00 (R1)**

	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>13</b>
<b>Acertos</b>	8	16	36	2	34	27
<b>Indiferentes</b>	5	15	2	12	8	5
<b>Erros</b>	47	29	22	46	18	28
<b>Acerto - %</b>	<b>13,3</b>	<b>26,7</b>	<b>60</b>	<b>3,3</b>	<b>56,7</b>	<b>45</b>

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

Conforme pode ser observado na Tabela 8 apenas as perguntas 7, relacionada a melhoria da informação se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível e 11, que afirma que para a informação contábil financeira ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar, foram respondidas corretamente por 60% e 56,7% dos respondentes da pesquisa, respectivamente, demonstrando que os respondentes identificam os

requisitos que melhoram a utilidade da informação. De acordo com a questão 13, constata-se que apenas 45% conhecem os atributos que favorecem a representação fidedigna da informação contábil-financeira que são: ser completa, neutra e livre de erro.

Verifica-se que apenas 26,7% concordaram com a afirmação da questão 4, “O CPC 00 R1 subdivide as características qualitativas da informação contábil-financeira útil em fundamentais e de melhoria”, e apenas 3,3% discordaram da questão 8 “As características qualitativas fundamentais trazidas pelo CPC 00 (R1) são continuidade, materialidade e essência sobre a forma”, como também apenas 13,3% discordaram da afirmação 3: “Prevista no CPC 00 R1, a Prudência é uma característica qualitativa que torna as demonstrações contábeis relevantes, útil e fidedigna para os usuários”, demonstrando que a maioria dos respondentes não conhecem a divisão das características qualitativas da informação contábil-financeira útil e quais seus objetivos, como também que a prudência é inconsistente com a neutralidade, ponto de grande relevância para a elaboração de informações fidedignas.

Assim, evidencia-se que a maioria dos respondentes não tem conhecimento consolidado a respeito dos aspectos trazidos pelo CPC 00 (R1), principalmente em relação as características da qualidade da informação contábil-financeira útil.

A tabela 9, traz os resultados do bloco de questões 2.

**Tabela 9 – Questões sobre o capítulo 4 do CPC 00 (R1)**

	5	6	9	10	12	14	15	16	17	18	19	20
<b>Acertos</b>	18	24	4	28	6	27	30	2	11	19	10	10
<b>Indiferentes</b>	12	7	11	5	9	8	7	11	13	11	14	11
<b>Erros</b>	30	29	45	27	45	25	23	47	36	30	36	39
<b>Acerto - %</b>	<b>30</b>	<b>40</b>	<b>6,7</b>	<b>46,7</b>	<b>10</b>	<b>45</b>	<b>50</b>	<b>3,3</b>	<b>18,3</b>	<b>31,7</b>	<b>16,7</b>	<b>16,7</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

O CPC 00 (R1) traz como premissa subjacente da contabilidade a continuidade e a obrigatoriedade do cumprimento do regime de competência, assim a afirmativa 5 trouxe exatamente esse ponto e de acordo com os resultados, apenas 30% da amostra demonstrou ter conhecimento desses aspectos. O desconhecimento de que as demonstrações contábeis normalmente são elaboradas com a premissa de que a entidade está e continuará em atividade pode ocasionar a

utilização de bases diferentes para a elaboração das demonstrações resultando em uma representação não fidedigna da situação da empresa, assim como também o não atendimento ao regime de competência, podendo enviesar a informação da posição patrimonial e financeira da entidade.

As questões 15, 19 e 20 tratam de aspectos relacionados a definição de Passivo e seu reconhecimento. Conforme pode ser observado na Tabela 9 apenas o questionamento 15 “Passivo é uma obrigação da entidade, proveniente de eventos passados ou que serão realizados em data futura, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade”, foi respondida corretamente por 50% dos respondentes da pesquisa. Contudo, isso mostra que 50% dos participantes do estudo, desconhecem a definição de Passivo, assim como 83,3% demonstram baixo nível de conhecimento em relação ao reconhecimento do passivo, visto que apenas 16,7% acertaram as questões 19 e 20.

As questões 6 e 14 trouxeram a definição de Ativo e foi respondida corretamente por apenas 40% e 45%, respectivamente, dos contadores da amostra. A questão 10 tratou do reconhecimento de ativos e 46,7% acertaram. Esses resultados evidenciam que o conceito de ativo, fundamental para a contabilidade e para uma correta representação dos bens e direitos das empresas não é conhecido por mais de 50% dos graduados em ciências contábeis participantes desse estudo, o que pode comprometer significativamente a elaboração das informações contábeis e financeiras.

As questões 9, 12 e 18 trataram sobre a base de mensuração dos elementos das demonstrações contábeis, o percentual de acerto foram respectivamente, 6,7%, 10% e 31,7%, mostrando que os participantes possuem pouco conhecimento sobre este assunto, tal fato pode resultar em inconsistência no processo de mensuração dos elementos patrimoniais e uma não representação fidedigna da situação da entidade que reporta a informação.

A questão 16 que aborda sobre a definição de despesa e perda disposta na estrutura conceitual básica, teve um percentual de acerto de 3,3% e o quesito 17 que versa sobre o conceito de capital financeiro, apresentou 18,3% de acerto, constatando o grande desconhecimento dos contadores da amostra a respeito desses assuntos.

Dessa forma, constata-se o baixo nível de conhecimento do total da amostra em relação a estrutura conceitual para a elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, principalmente de conceitos básicos, o que pode ser comprometedor para aos diversos usuários, pois o objetivo primordial da contabilidade é fornecer informações úteis para a tomada de decisões econômicas.

#### 4.4 ANÁLISE ESTRATIFICADA

Com a finalidade de verificar se os respondentes que afirmaram já terem lido por completo o pronunciamento conceitual básico apresentam nível de conhecimento significativamente maior que os que não lerão, a amostra foi subdividida em dois grupos: o Grupo 1 corresponde aos respondentes que afirmaram já terem lido o CPC 00 R1 integralmente (33,33% da amostra) e o Grupo 2 são os que afirmaram não terem lido em sua totalidade o referido pronunciamento (66,66% da amostra), sendo realizado um teste de diferença entre médias entre os dois grupos com o auxílio do *software* Stata 13.

Na tabela 10, observa-se os resultados das 6 perguntas do Bloco 1 do questionário e pesquisa, correspondente aos capítulos 1 e 3 do CPC 00 (R1) referente as características qualitativas da informação e aos objetivos da elaboração e divulgação de relatórios contábil-financeiro, subdivididos por grupos de respondente.

**Tabela 10 – Resposta por grupo de respondentes dos capítulos 1 e 3 do CPC 00 (R1)**

<b>Questões</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>13</b>
Respostas do Grupo 1 (N = 20)						
<b>Acertos</b>	6	7	13	1	14	9
<b>Indiferentes</b>	1	4	0	3	1	1
<b>Erros</b>	13	9	7	16	5	10
<b>Acerto - %</b>	<b>30</b>	<b>35</b>	<b>65</b>	<b>5</b>	<b>70</b>	<b>45</b>
Respostas do Grupo 2 (N = 40)						
<b>Acertos</b>	2	9	23	1	20	18
<b>Indiferentes</b>	4	11	2	9	7	4
<b>Erros</b>	34	20	15	30	13	18
<b>Acerto - %</b>	<b>5</b>	<b>22,5</b>	<b>57,5</b>	<b>2,5</b>	<b>50</b>	<b>45</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Verifica-se na tabela 10, que em ambos os grupos apenas as perguntas 7 e 11 foram respondidas corretamente por mais de 50% do total da amostra de cada grupo e que as outras questões apresentam percentual de acerto equivalentes, considerando o tamanho de cada grupo, indicando que não há diferença significativa em relação ao nível de conhecimento a respeito dos assuntos abordados nesses dois capítulos do pronunciamento conceitual básica entre os contadores que já leram o CPC 00 (R1) integralmente (Grupo 1) e os que afirmaram não ter lido (Grupo 2). A tabela 11 mostra o resultado do teste de diferença entre as médias dos percentuais de acerto.

**Tabela 11** – Teste de diferença de média por grupo de respondentes dos capítulos 1 e 3 do CPC 00 (R1)

Variável	Obs.	Média	Erro Padrão	Desvio Padrão	95% Intervalo de Confiança	
<b>G1 - Acerto</b>	6	41.66667	9.803627	24.01388	16.46564	66.86769
<b>G2 - Acerto</b>	6	30.41667	9.691419	23.73903	5.50408	55.32925
<b>Combinado</b>	12	36.04167	6.787203	23.51156	21.10313	50.9802
<b>Diferença</b>		11.25	13.78531		-19.46558	41.96558
		diff = média (G1 AC) – média (G2 AC)				t = 0.8161
		H0: diff = 0				

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Conforme pode ser observado na Tabela 11, a média percentual de acerto do Grupo 1 é 41.67 e a do Grupo 2 é de 30.42, aproximadamente, portando há uma diferença entre as duas médias de 11.25%. Assim, contata-se que o nível de conhecimento em relação ao objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral (capítulo 1) e sobre as características qualitativas da informação contábil-financeira útil (capítulo 2) dos contadores que afirmaram já terem lido a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro é estatisticamente diferente daqueles que não leram, onde como esperado, o Grupo 1 apresenta maior nível de conhecimento sobre esses assuntos.

Na tabela 12, são apresentados os resultados das 12 perguntas do Bloco 2 do questionário e pesquisa, subdivididos por grupos de respondente, correspondente ao capítulo 4 do CPC 00 (R1) correspondente a estrutura conceitual que trata da premissa subjacente da continuidade, dos elementos das

demonstrações contábeis, do reconhecimento e mensuração dos elementos das demonstrações contábeis e dos conceitos de capital e de manutenção de capital.

**Tabela 12 – Resposta por grupo de respondentes do capítulo 4 do CPC 00 (R1)**

<b>Questões</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
Respostas do Grupo 1 (N = 20)												
Acertos	8	10	2	11	5	4	9	2	2	6	8	3
Indiferentes	1	3	5	2	3	2	3	5	7	2	3	4
Erros	11	7	13	7	12	14	8	13	11	12	9	13
Acerto - %	<b>40</b>	<b>50</b>	<b>10</b>	<b>55</b>	<b>25</b>	<b>20</b>	<b>45</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>30</b>	<b>40</b>	<b>15</b>
Respostas do Grupo 2 (N = 40)												
Acertos	10	14	2	17	1	22	21	0	9	13	2	7
Indiferentes	11	4	6	3	6	6	4	6	6	9	11	7
Erros	19	22	32	20	33	12	15	34	25	18	27	26
Acerto - %	<b>25</b>	<b>35</b>	<b>5</b>	<b>42,5</b>	<b>2,5</b>	<b>55</b>	<b>52,5</b>	<b>0</b>	<b>22,5</b>	<b>32,5</b>	<b>5</b>	<b>17,5</b>

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

Constata-se que tanto o Grupo 1 como o Grupo 2 possuem alto percentual de erro e que se declararam indiferentes as questões levantadas no questionário de pesquisa neste bloco de questões. De acordo com o que pode ser verificado na tabela 12 nenhum dos pesquisados do Grupo 2, que afirmaram não terem lido o Pronunciamento Conceitual Básico R1 acertou a questão 16 que trazia a seguinte afirmativa falsa: Perdas e despesas têm definições diferentes e por esse motivo são consideradas como elementos distintos no CPC 00 R1, assim como houve apenas 2 acertos por aqueles que afirmaram já terem lido integralmente o referido pronunciamento Grupo 1.

A análise da tabela 12 sinaliza o baixo nível de conhecimento apresentado pelos contadores da amostra em relação a conceitos basilares da contabilidade como, por exemplo, a definição de ativo, passivo, receita e despesas, sua mensuração e reconhecimento. A tabela 13 mostra o resultado do teste de média realizado entre o percentual de acerto dos dois grupos para identificar se o nível de conhecimento dos contadores do Grupo 1 e estatisticamente maior que os do Grupo 2 composto por graduados em contabilidade que afirmaram não terem lido o referido pronunciamento em sua totalidade.

**Tabela 13 – Teste de diferença de médias por grupo de respondentes do capítulo 4 do CPC 00 (R1)**

Variável	Obs.	Média	Erro Padrão	Desvio Padrão	95% Intervalo de Confiança	
<b>G1 - Acerto</b>	12	29.16667	4.760687	16.4915	18.68847	39.64487
<b>G2 - Acerto</b>	12	24.58333	5.58028	19.33066	12.30122	36.86545
<b>Combinado</b>	24	26.875	3.618623	17.72756	19.38931	34.36069
<b>Diferença</b>		4.583333	7.335098		-10.62873	19.7954
		diff = média (G1 AC) – média (G2 AC)			t = 0.6248	
		HO: diff = 0				

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

De acordo com o teste apresentado na tabela 13, rejeita-se a hipótese nula de igualdade entre as médias de acerto percentual entre os dois grupos. Verifica-se que a média do Grupo 1 é 29,166% e do Grupo 2 é 24,583%, mesmo que estatisticamente diferentes, a diferença é baixa, demonstrando que o nível de conhecimento de ambos os grupos é bastante próximo. Deste modo, conclui-se que tanto os contadores que já leram o CPC 00 (R1) em sua totalidade como aqueles que não leram possuem pouco conhecimento sobre o capítulo 4: estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

Tal fato pode trazer prejuízos relevantes para a utilidade da informação reportada aos diversos usuários, visto que o não conhecimento e entendimento da definição, do reconhecimento e da mensuração dos elementos patrimoniais trazidas pelo capítulo 4, do pronunciamento conceitual básico, pelos contadores que são os elaboradores da informação contábil-financeira, pode acarretar um provimento de informações errôneas acerca da posição patrimonial e financeira da entidade que reporta a informação, não auxiliando positivamente a tomada de decisão.

De modo geral, os dados indicam que o total da amostra tem pouco conhecimento a respeito da matéria trazida pelo Pronunciamento Conceitual Básico R1, visto que além do baixo percentual de acerto dos contadores em relação as questões trazidas no instrumento de pesquisa, 66,7% dos contadores da amostra afirmaram não terem lido integralmente este pronunciamento.

## 5 CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho é verificar o nível de conhecimento dos contadores sobre o Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para Elaboração e

Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – CPC 00 (R1) e um dos objetivos secundários é constatar o posicionamento dos contadores acerca da convergência do Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade. Para que esse objetivo fosse atingido foi aplicado um questionário contendo os assuntos tratados pelo referido pronunciamento e uma questão a respeito do posicionamento acerca da convergência do Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade.

Os resultados mostram que 81,7% dos contadores da amostra concordam com a convergência brasileira as normas internacionais de contabilidade. Tal fato é bastante positivo, pois sinaliza que a maioria dos respondentes identifica a vantagem que este processo trouxe para a contabilidade, visto que a harmonização internacional das normas contábeis facilitou a articulação e a tomada de decisão em um contexto de globalização de negócios, proporcionando maior confiança aos usuários das informações financeiras, tornando a contabilidade mais útil às demandas atuais.

Entretanto, mesmo que a maioria dos entrevistados tenha se mostrando a favor da harmonização do Brasil as normas internacionais, 66,7% dos contadores da amostra afirmaram não terem lido integralmente a estrutura conceitual básica - CPC 00 (R1) emitida em 2011 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, norma esta, bastante importante, pois estabelece os conceitos básicos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis de propósito geral destinadas a usuários externos, e dentre as suas finalidades estão dar suporte à promoção da harmonização das regulações e auxiliar os responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis na aplicação dos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações.

Os resultados mostram que os graduados em ciências contábeis conhecem tem pouco conhecimento sobre o objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro e das características qualitativas fundamentais e que melhoram a utilidade da informação contábil trazidas pela estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro, visto que a média percentual de acerto no Bloco 1 de questões foi de 36,04% conforme tabela 11.

Evidenciou-se também o baixo nível de conhecimento dos respondentes deste estudo em relação à premissa subjacente da continuidade, dos elementos das demonstrações contábeis, do reconhecimento e mensuração dos elementos das

demonstrações contábeis e dos conceitos de capital e de manutenção de capital, onde de acordo com a tabela 13, a média percentual de acerto das questões correspondentes a esses assuntos é 26,87%.

De acordo com os resultados obtidos para as questões 6 e 14, que objetivaram identificar o conhecimento dos respondentes em relação a definição de ativo, constata-se que a média de acerto dos respondentes foi de 40% e 45%, respectivamente, portanto mais de 50% dos contadores da amostra não tem bom nível de conhecimento acerca desse conceito tal fundamental para a contabilidade, trazido pelo CPC 00 (R1).

A análise estratificada dos resultados revelou que os respondentes que afirmaram já ter lido a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro integralmente (Grupo 1) possuem média percentual de acerto no Bloco 1 de questões de 11,25% superior a aqueles que afirmaram que não a leram o CPC 00 (R1) em sua totalidade (Grupo 2), assim como o Grupo 1 também apresentou média percentual superior no Bloco que questões 2 de 4,58% em relação ao Grupo 2. Contudo, o percentual médio de acerto em cada um dos blocos de questões não foi superior a 42%, confirmando o baixo nível de conhecimento dos contadores sobre o referido pronunciamento.

Assim, o objetivo deste estudo foi atingido, constatando que há pouco conhecimento por parte dos contadores a respeito do pronunciamento conceitual básico – CPC 00 (R1). Entretanto, pelos motivos expostos na metodologia de pesquisa, os resultados deste estudo não podem ser generalizados e os resultados se limitam a amostra estudada. Contudo, mesmo assim, o pouco nível de conhecimento não deveria ser identificado, devido a este pronunciamento conter os principais conceitos contábeis e as características essenciais para tornar a informação mais útil para o usuário, sendo aplicável a uma gama de modelos contábeis e conceitos de capital e sua manutenção.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. F.; MARTINS, E. A.; ZANOTELI, E. J. Estrutura Conceitual na Prática. In: Ernani Ott; Roberta Carvalho de Alencar. (Org.). **Procontab: Contabilidade NBC CPC IFRS: Programa de Atualização em Contabilidade: Ciclo 1.** Porto Alegre: Arted/Panamericana, 2014, p. 57-111.

AMENABAR, A. M. H. **Harmonização contábil em cinco países da América do Sul**. 2001. 218 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BAKER, Charles Richard; BARBU, Elena M. Trends in research on international accounting harmonization. **The International Journal of Accounting**, v. 42, n. 3, p. 272-304. 2007.

BEUREN, Ilse Maria; ALMEIDA, Dalci Mendes. Impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade na área da controladoria. **RAC - Revista de administração contemporânea**, Rio de Janeiro; v. 19, n. 3, maio-jun. 2015.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Instrução nº 457, de 13 de julho de 2007**: Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Conceitual Básico (R1)**: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC no 1.055, de 24 de outubro de 2005**: Cria o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – (CPC), e dá outras providências. Brasília, 2005

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio De; MARTINS, Eric Aversari. Estudando e pesquisando teoria: o futuro chegou? **Revista universo contábil**, Blumenau, v.11, n. 1, p. 06-24, jan./mar., 2015.

LOURENÇO, Isabel Costa; BRANCO, Manuel Castelo. A governança corporativa e o efeito da adoção das IFRS: o caso brasileiro. **Revista Universo Contábil**, Blumenau; v.11, n. 1, p. 6-24, jan./mar., 2015.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; MACHADO, Márcio André Veras; MACHADO, Márcia Reis. Análise da Relevância da Informação Contábil no Brasil num Contexto de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade. **Revista Universo Contábil**, Blumenau; v.9, n. 1, p. 65-85, jan./mar. 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Eriovaldo Dos; IUDÍCIBUS, Sérgio De. **Manual de contabilidade societária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Valdiney Alves; LEMES, Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista de contabilidade e finanças – USP**, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 155-173, maio/ago., 2011.

PAULO, E. **Comparação da estrutura conceitual da contabilidade financeira**: experiência brasileira, norte-americana e internacional. 2002. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília / Universidade Federal da Paraíba / Universidade Federal de Pernambuco / Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2002.

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura. Impactos do início da harmonização contábil internacional (Lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. **RAE-eletrônica**, v. 9, n. 1, Art. 5, janeiro/jun. 2010.

SANTOS, Edilene Santana; PONTE, Vera Maria Rodrigues; MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha. Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. **Revista de contabilidade e finanças – USP**, São Paulo, v. 25, n. 65, p. 161-176, maio/jun./jul./ago. 2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.